

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.106 - PR (2019/0037902-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : SEBASTIAO VICENTINO
ADVOGADO : JADER GUSTAVO KOZAN NOGUEIRA E OUTRO(S) -
PR085403
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : ANTONIO MARCOS VICENTINO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por SEBASTIAO VICENTINO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, proferido no julgamento do HC n. 0040268-51.2018.8.16.0000 que ficou assim resumido:

HABEAS CORPUS– DELITO DO ARTIGO 12, , DA LEI Nº CAPUT 10.826/2003 – TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – NÃO CABIMENTO – DENÚNCIA QUE OBSERVA OS REQUISITOS DO ARTIGO 41, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – PRESENÇA DE JUSTA CAUSA – INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS – FASE PROCESSUAL EM QUE SE APLICA O PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO – ORDEM DENEGADA.

1.1. O trancamento da ação penal pela via estreita do trata-se de habeas corpus exceção, sendo admitida apenas quando houver flagrante ilegalidade possível de ser constatada de plano, nos casos de absoluta evidência de que o fato imputado não constitui crime, hipótese diversa dos autos.

1.2. “Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ‘quando a denúncia descreve conduta que, em tese, constitui crime, incabível é a alegação de falta de justa causa, tanto mais porque, nessa fase processual, prevalece o princípio do ‘in dubio pro societate’, bastando, para o recebimento da denúncia, a mera probabilidade de procedência da ação penal.’ (RHC n. 21.170/RS, Rel. Min. CARLOS FERNANDO MATHIAS, Juiz Convocado do TRF 1ª Região), SEXTA TURMA, julgado em (AgRg no AREsp 1205092/SP, Rel. Ministro ANTONIO 4/9/2007, DJ 8/10/2007).” SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 05/04/2018) (fl. 94).

No presente recurso, reitera a defesa a alegação de que o recorrente "*não exercia posse muito menos mantinha sob a sua guarda a espingarda e suas munições, não há que se falar em crime, uma vez que flagrantemente não se restam caracterizados*

os verbos nucleares do tipo" (fl. 117).

Acrescenta, ainda, que *"considerando as informações obtidas nos depoimentos anexos a este remédio constitucional, é certo que ANTONIO MARCOS exerce alma de dono sobre a espingarda há muito mais de cinco anos. Tendo assim este adquirido a propriedade originária e plena sobre o bem móvel por meio de usucapião na forma do art. 1.261 CCB/02" (fl. 118).*

Pretende, em sede liminar e no mérito, o trancamento da ação penal n. 3086-31.2018.8.16.0097, em trâmite na Vara Criminal da Comarca de Ivaiporã/PR.

É o relatório.

Decido.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações atualizadas, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator